



**COMISSÃO DO SISTEMA PRISIONAL,
CONTROLE EXTERNO DA ATIVIDADE POLICIAL E SEGURANÇA PÚBLICA**

Relatório de Iniciativa

Iniciativa	Mutirão Prisional
Datas	10 a 21 março de 2014
Locais	Guarulhos-SP
Unidades	Penitenciária José Parada Neto Penitenciária Adriano Marrey Jr. Centros de Detenção Provisória 1 e 2

I – Deslocamento

1. No dia 12.03.2014 houve o deslocamento, via aérea, de Brasília com destino a Guarulhos-SP, situada região metropolitana de São Paulo-SP, distante 22Km.

II – Desenvolvimento da iniciativa

1. O desenvolvimento das atividades referentes a esta iniciativa da Comissão de Sistema Prisional, Controle Externo da Atividade Policial e Segurança Pública (CSP) se pauta, também, na exposição das preocupações e objetivos do **Programa Segurança Sem Violência**.

O **Programa Segurança Sem Violência**, protagonizado pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), envolve o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o Ministério da Justiça (MJ), por meio da Secretaria da Reforma do Judiciário (MJ/SRJ), o Conselho Nacional de Secretários de Estado de Justiça, Segurança Pública e Administração Penitenciária (CONSEJE), o Conselho Nacional dos Defensores Públicos Gerais (CONDEGE) e a Ordem dos Advogados do Brasil

-(OAB).

São objetivos e preocupações do Programa Segurança Sem Violência os seguintes temas centrais:

- a - Construção e melhoria das condições carcerárias;
- b - Implementação de medidas alternativas às penas privativas de liberdade;
- c - Assistência jurídica aos réus presos provisórios ou definitivos e agilização da tramitação dos processos penais com réus presos provisórios ou definitivos;
- d - Mecanismos de remição de pena com inserção social e mobilização da sociedade civil na ressocialização dos presos;
- e - Incentivos fiscais ou compensações aos entes federados onde será localizado o estabelecimento penal;
- f - Capacitação de gestores públicos e agentes penitenciários.

Nesta linha, portanto, desenvolveram-se as atividades a seguir referidas, suas conclusões e providências adotadas.

2. No dia 12.03.2014 a Comissão de Sistema Prisional, Controle Externo da Atividade Policial e Segurança Pública (CSP), integrada pelo Conselheiro Alexandre Berzosa Saliba e o Membro Auxiliar Paulo Taubemblatt, promoveu as atividades abaixo mencionadas.

~~3. Ministério Público Estadual: Reunião com o Exmo. Sr. Procurador Geral de Justiça em exercício do Ministério Público de São Paulo-SP, Alvaro Augusto Fonseca de Arruda, e demais Membros do Ministério Público de São Paulo-SP.~~

Nesta oportunidade houve a exposição por parte da Comissão de Sistema Prisional, Controle Externo da Atividade Policial e Segurança Pública (CSP) dos objetivos dos trabalhos ora desenvolvidos.

Houve, ainda, solicitação ao Ministério Público de São Paulo a intensificar o empenho institucional reservado para a eficiência do sistema prisional, bem como o convite para integrar juntamente com Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) os esforços concentrados no Programa Segurança

Sem Violência.

Ainda nesta reunião, a Comissão de Sistema Prisional, Controle Externo da Atividade Policial e Segurança Pública (CSP) externou preocupação com o andamento dos trabalhos relativos ao Mutirão Prisional, obtendo o compromisso do Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público de São Paulo da nomeação de outros quatro Promotores de Justiça para auxiliar o Promotor de Justiça de Execuções Penais de Guarulhos-SP, devidamente assessorados, para que os trabalhos se desenvolvessem de forma satisfatória.

A partir do dia 13.03.2014 até o final dos trabalhos do Mutirão Prisional, além do Exmo. Sr. Promotor de Justiça de Execuções Penais de Guarulhos-SP, Marcos Bento da Silva, atuaram reforçando os trabalhos os Exmos. Srs. Promotores de Justiça Substitutos Carlos Alberto Pereira Leitão Júnior, Diego Dutra Goulart e Emerson Martins Álvés.

4. **Ministério Público Federal:** Reunião com a Exma. Sra. Procuradora Chefe da Procuradoria da República no Estado de São Paulo, Anamara de Sordi, na sede da Procuradoria Regional da República em São Paulo.

Também participaram da reunião os Exmos. Srs. Procuradores da República, Marcio Schusterschitz da Silva Araújo, Elizabeth Mitiko Kobalashi e Roberto Antonio Dassié Diana. Foram debatidos temas diversos de interesse do Ministério Público Federal no âmbito da Comissão de Sistema Prisional, Controle Externo da Atividade Policial e Segurança Pública (CSP), além do mutirão carcerário em Guarulhos-SP.

Esteve presente nesta reunião o Exmo. Sr. Juiz de Direito de Minas Gerais, Jair Francisco dos Santos, Juiz Auxiliar do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) designado para coordenar o Mutirão Prisional em Guarulhos/SP.

5. No dia 13.03.2014 o Conselheiro Alexandre Berzosa Saliba e os Membros Auxiliares Alexandre Lima Raslan e Paulo Taubemblatt realizaram as seguintes atividades a seguir mencionadas.

6. **Poder Executivo Estadual:** Reunião, no período matutino, com o Ilmo. Sr. Secretário de Estado de Administração Penitenciária de São Paulo, Lourival

Gomes. Houve exposição da Comissão de Sistema Prisional, Controle Externo da Atividade Policial e Segurança Pública (CSP) acerca do **Programa Segurança Sem Violência**.

Desta reunião participaram os Exmos. Srs. Procuradores Regionais da República em São Paulo, Paula Bajer Fernandes Martins da Costa, integrante do Grupo do Sistema Prisional da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, e Paulo Thadeu Gomes da Silva, Procurador Regional Eleitoral Substituto. O Exmo. Sr. Advogado Fábio Tofic Simantob, Vice-Presidente do Instituto de Defesa do Direito de Defesa (IDDD) também esteve presente.

Nesta reunião o Secretário de Estado de Administração Penitenciária se comprometeu a viabilizar a emissão dos Atestados Carcerários necessários ao bom desenvolvimento dos trabalhos do Mutirão Prisional em Guarulhos-SP.

Para tanto, envidaria esforços para que fossem destacados dois servidores às Penitenciárias Adriano Marrey Jr. e José Parada Neto, bem como aos dois Centros de Detenção Provisória em Guarulhos-SP. Contudo, apesar de ratificação dessa solicitação via e-mail no dia 17.03.2014, e conversa pessoal mantida no dia 19.03.2014 durante visita ao Centro de Detenção Provisória I (CDP I), não houve atendimento dessa solicitação.

Foram tratados neste reunião, ainda, o trabalho dos presos e a criação de vagas de regime semiaberto, cujo déficit é de aproximadamente de 8.000 (oito mil) vagas, no Estado de São Paulo.

No âmbito da defesa dos presos, o Secretário de Estado de Administração Prisional se referiu à participação do Instituto de Defesa do Direito de Defesa (IDDD) com o objetivo de assumir o compromisso de trazer aos presos, em especial os provisórios, a necessária assistência jurídica.

O Secretário de Estado da Secretaria de Administração Penitenciária também informou que alguns Municípios solicitam a realização de obras e a execução de serviços por parte do Estado nas hipóteses de construção de estabelecimentos prisionais.

Tais pedidos coincidem com a proposta do Programa Segurança Sem

Violência de discutir a outorga de incentivos fiscais e compensações aos entes federados que recebam locais para cumprimento de pena.

O Secretário de Estado da Secretaria de Administração Penitenciária assumiu compromisso de facilitar o exercício do direito ao voto de presos ainda não condenados de forma definitiva, com o intuito de superar a baixa porcentagem das últimas eleições gerais, que ficou em torno de 3,5%, segundo dados da Procuradoria Eleitoral.

Foi informado, ainda, que há trabalho da Secretaria de Estado da Secretaria de Administração Penitenciária para que sejam confeccionados RG e CPF para os condenados que deixem o sistema penitenciário.

Encerrada a reunião os integrantes da Comissão de Sistema Prisional, Controle Externo da Atividade Policial e Segurança Pública (CSP) se dirigiram para Guarulhos-SP, reunindo-se durante o almoço com Promotores de Justiça respectivos, quando foram tratadas questões relativas à situação prisional local e os trabalhos desenvolvidos no **Programa Segurança Sem Violência**.

7. **Estabelecimentos prisionais:** No período da tarde, houve visitas às Penitenciárias de Guarulhos-SP: Adriano Marrey e José Parada Neto. Nas duas houve pedido da Comissão de Sistema Prisional, Controle Externo da Atividade Policial e Segurança Pública (CSP) para especial empenho na produção dos Atestados Carcerários para o Mutirão Prisional de Guarulhos.

Na Penitenciária Adriano Marrey, com capacidade máxima para 1200 (mil e duzentos) presos, mas, com lotação atual de 2236 (dois mil duzentos e trinta e seis), foi afirmado pelo Ilmo. Sr. Diretor Antonio Samuel de Oliveira que há aproximadamente 300 (trezentos) presos esperando por vagas no regime semiaberto, e que vários dos presos pertencem a facções criminosas.

Na Penitenciária José Parada Neto, com capacidade máxima para 804 (oitocentos e quatro) presos, mas, com lotação atual de 1773 (mil setecentos e setenta e três) presos, o Ilmo. Sr. Diretor Daniel Marques Barreto informou que 426 (quatrocentos e vinte e seis) recolhidos ao anexo destinado ao semiaberto. A unidade se notabiliza por abrigar presos que não pertencem a facções criminosas e isso tem gerado aumento na sua população.

Foi relatado por esse Diretor que houve intercâmbio recente com os Estados do Espírito Santo e do Paraná, e também com a representantes da Inglaterra, versando sobre o sistema prisional. O intercâmbio tratou especificamente a respeito de "Grupo de Intervenção Rápida", conhecido pela sigla GIR, que se trata de grupo treinado para situações de alto risco envolvendo violência, rebelões etc. no âmbito do sistema prisional.

8. No dia 14.03.2014 o Membro Auxiliar Alexandre Lima Raslan realizou as seguintes atividades a seguir mencionadas.

9. **Ministério Público Estadual:** Reunião com o Exmo. Sr. Promotor de Justiça de Execuções Penais de Guarulhos-SP, Marcos Bento da Silva, e com o Exmo. Sr. Promotor de Justiça Substituto Carlos Alberto Pereira Leitão Júnior, tratando de como se dão os trabalhos no âmbito do Ministério Público, das impressões dos Promotores de Justiça acerca da situação da Infraestrutura e serviços do sistema prisional em Guarulhos.

Na reunião o Promotor de Justiça da Execução Penal em Guarulhos expôs sua experiência e pontos de vista concernentes aos assuntos relativos à gestão do acervo de processos de execução penal na Vara de Execuções Penais de Guarulhos-SP, sua infraestrutura e pessoal ordinariamente empenhados.

Afirmou-se que o incremento de servidores por parte do Poder Judiciário poderia elevar o fluxo de processos e tornar mais ágil a prestação jurisdicional, o que refletiria na atuação do Ministério Público. Acaso haja mencionado incremento, haverá necessidade de aumentar a capacidade do Ministério Público, a exemplo de outros Promotores de Justiça e cargos auxiliares.

10. **Poder Judiciário Estadual:** Reunião com o Exmo. Sr. Juiz de Direito de Minas Gerais, Jair Francisco dos Santos, Juiz Auxiliar do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) designado para coordenar o Mutirão Prisional em Guarulhos-SP, realizada no Cartório da Vara de Execuções Penais de Guarulhos.

Nesta oportunidade foi apresentada a infraestrutura e a equipe de trabalho, naquelé momento reforçada por servidores extraordinários designados pelos Tribunal de Justiça de São Paulo. Segundo relatado, tramitam pelo Cartório

processos de condenados ao regime fechado até processos de fiscalização de penas alternativas.

Com relação ao acervo de processos deve ser mencionado que o Cartório tem espaço físico adequado, equipado com inúmeras prateleiras repletas de processos e documentos relativos aos autos em tramitação. Durante a visita ao Cartório pode ser constatado, ainda que superficialmente, a necessidade de implantação de gestão específica para a execução penal, agilizando-se a recepção, análise e juntada de pedidos de benefícios etc. Caso contrário, a situação atual não se alterará positivamente e, sem dúvida, será agravada com o tempo.

11. No dia 18.03.2014 os Membros Auxiliares Alexandre Lima Rastan e Paulo Taubemblatt realizaram as seguintes atividades a seguir mencionadas.

12. **Base Aérea de Guarulhos-SP:** Recepção do Exmo. Sr. Presidente do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), Rodrigo Janot Monteiro de Barros, Procurador-Geral da República, o Exmo. Sr. Conselheiro do CNMP, Alexandre Berzosa Saliba, do Exmo. Sr. Presidente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Joaquim Barbosa, Presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), e respectivas assessorias e chefias de gabinete.

Nesta oportunidade estiveram presentes, também, o Exmo. Sr. Desembargador Presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo, José Roberto Nalini, o Exmo. Sr. Subprocurador de Justiça de Relações Externas, Arnaldo Hossepiam Salles Lima Junior, Procurador de Justiça do Ministério Público de São Paulo, o Exmo. Sr. Conselheiro do CNJ Guilherme Calmon Nogueira da Gama, o Exmo. Sr. Juiz Auxiliar do CNJ Douglas de Melo Martins, dentre outras autoridades.

13. **Estabelecimento Prisional Estadual:** Da Base Aérea de Guarulhos houve deslocamento em comitiva para o Centro de Detenção Provisória de Guarulhos, o conhecido CDP-1, para visita e inspeção da unidade.

Durante a visita, acompanhada pelo Ilmo. Sr. Secretário de Estado da Secretaria Estadual de Administração Penitenciária de São Paulo, Lourival Gomes, a comitiva inspecionou instalações e entrevistou presos, constatando as condições de superlotação e as inadequadas condições sanitárias para o cumprimento de prisão provisória ou definitiva.

14. No dia 18.03.2014 o Membro Auxiliar Alexandre Lima Raslan realizaram as seguintes atividades a seguir mencionadas.

15. **Poder Judiciário Estadual:** Reunião no Tribunal de Justiça de São Paulo com os Exmos. Srs. Juízes de Direito Afonso de Barros Faró Júnior, Assessor da Presidência, e Jayme Garcia dos Santos Junior, Assessor da Corregedoria, tratando das questões atinentes ao Mutirão Prisional em Guarulhos-SP.

Reunião com o Exmo. Sr. Conselheiro do CNJ Guilherme Calmon Nogueira da Gama, o Exmo. Sr. Juiz Auxiliar do CNJ Douglas de Melo Martins, o Exmo. Sr. Juiz de Direito de Minas Gerais, Jair Francisco dos Santos, Juiz Auxiliar do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) designado para coordenar o Mutirão Prisional em Guarulhos-SP, e o Exmo. Sr. Procurador da República Pedro Antônio de Oliveira Machado, Procurador Regional dos Direitos do Cidadão em São Paulo.

Nesta reunião foram expostos pelo Procurador Regional dos Direitos do Cidadão em São Paulo uma série de assuntos e deliberações anteriormente tratados em reunião ocorrida no dia 21.02.2014, na sede da Procuradoria da República em São Paulo-SP, conforme Ata de Reunião do Subgrupo do GT do Sistema Prisional da PFDC em São Paulo, de onde se extrai, sinteticamente, os seguintes temas:

a - disparidade entre o ritmo de entrada e saída de presos na sistema prisional, ocasionando agravamento na superlotação;

b - carência de assistência jurídica aos presos, apesar da atuação da Defensoria Pública, da advocacia privada e, eventualmente, ações de instituições da sociedade civil, a exemplo do Instituto de Defesa do Direito de Defesa (IDDD);

c - havendo, aproximadamente, 213.458 (treze mil quatrocentos e cinquenta e oito) presos no Estado de São Paulo, há demora na apreciação dos pedidos de mudança de regime etc.;

d - custo por preso que, sendo de R\$1.200,00 (mil e duzentos reais), torna ainda mais oneroso ao Estado com a permanência daquele que já deveria estar em liberdade;

e - custo relativo aos presos, provisórios ou não, provenientes da Justiça Federal é suportando exclusivamente pelo Estado de São Paulo;

f - instalação e operação de scanner corporal, seu custo de aproximadamente U\$300.000,00 (trezentos mil dólares) e dificuldades

operacionais na revista das visitas;

g - presos estrangeiros no Estado de São Paulo somam, aproximadamente, 2.141 presos de diversas nacionalidades, concentrados em Itaf-SP, e as dificuldades encontradas para a execução do decreto de expulsão;

h - aprimoramento da execução e fiscalização das medidas alternativas à prisão, bem como do programa de assistência social ao preso e aos respectivos familiares;

i - saúde no sistema prisional no Estado de São Paulo, qualidade e dificuldades de contratação de profissionais;

j - necessidade de verificação por parte do Conselho Penitenciário da prestação efetiva de assistência jurídica aos presos;

h - deliberações sob a responsabilidade da Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão em São Paulo para esclarecimento quanto aos pontos acima tratados.

Houve, ainda, a realização de duas palestras sobre o tema da execução penal, dirigidas aos Juízes de Direito e servidores do Tribunal de Justiça de São Paulo, havendo público presencial e transmissão *on line*. A primeira delas foi proferida pelo Exmo. Sr. Conselheiro do CNJ Guilherme Calmon Nogueira da Gama, intitulada "O CNJ e as Questões do Sistema Carcerário". Em seguida, proferiu a palestra "Alternativas Penais à Prisão e a Segurança Pública" o Juiz Auxiliar do CNJ Douglas de Melo Martins.

16. No dia 19.03.2014 o Membro Auxiliar Alexandre Lima Raslan realizaram as seguintes atividades a seguir mencionadas.

17. **Ministério Público Estadual:** Realização de acompanhamento dos trabalhos desenvolvidos pelos Promotores de Justiça com atuação no Mutirão Prisional, titular e substitutos, discutindo a situação e colhendo opiniões para o aprimoramento da atuação do Ministério Público Estadual nessa área.

Nesta oportunidade os Promotores de Justiça ressaltaram que há necessidade de organizar e selecionar melhor os autos que são encaminhados para apreciação do Ministério Público Estadual. Relatam, nesse sentido, que há autos que são enviados para manifestação sem o cálculo de pena ou sem o atestado carcerário atualizados, dificultando a aferição dos critérios objetivos e subjetivos.

18. No dia 20.03.2014 o Membro Auxiliar Alexandre Lima Raslan realizaram as seguintes atividades a seguir mencionadas.

19. **Instituto de Defesa do Direito de Defesa (IDDD):** Reunião com a Ilma. Sra. Coordenadora Geral, Isadora Fingermmman, na sede do mencionado Instituto, em São Paulo-SP, para conhecimento e finalidades do Instituto, bem como para tratar de fato noticiado pelo Secretário de Estado da Secretaria de Administração Penitenciária de que numa das intervenções houve concessão de liberdade em 70% dos pedidos aviados pelos Advogados que atuam no Instituto.

Nesta oportunidade foi esclarecido pela Coordenadora Geral que os números não são os noticiados pelo Secretário de Estado da Secretaria de Administração Penitenciária. Em verdade, os números são mais modestos.

Houve, ainda, a discussão acerca da possibilidade de uma parceria entre Instituto, o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e o Ministério da Justiça (MJ), bem como aos demais integrantes do **Programa Segurança Sem Violência**, para a realização de evento de caráter nacional cuja a temática seria **medidas cautelares penais**. Tal evento visaria sensibilizar o Poder Público e a sociedade civil para a necessidade da efetivação da **Lei nº 12.403/2011** e seus reflexos positivos para o sistema prisional. Enfim, para o sistema de Justiça e sociedade brasileiros.

20. **Ministério Público Estadual:** Reunião com o Exmo. Sr. Promotor de Justiça Luiz Henrique Cardoso Dal Pozo, Chefe de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça de São Paulo, tratando especificamente da situação prisional em Guarulhos-SP e das providências adotadas pelo Ministério Público de São Paulo para o mutirão em andamento.

Tratou-se, ainda, das providências que eventualmente deveriam ser adotadas no caso de incremento da estrutura física e de pessoal da Vara de Execuções Penais de Guarulhos-SP por parte do Tribunal de Justiça de São Paulo.

Ficou acordado que o Ministério Público de São Paulo empenharia os esforços para que a Promotoria de Justiça de Guarulhos com atuação na execução penal recebesse reforço estrutural e de pessoal, na hipótese de o Tribunal de

Justiça de São Paulo incrementar a estrutura da serventia do Juízo das execuções penais de Guarulhos.

III – Conclusão

1. A guisa de conclusão deve ser anotado que as reuniões e visitas aos estabelecimentos penais referidos neste relatório frutificaram com a aproximação institucional entre o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), o Ministério Público de São Paulo e o Poder Judiciário de São Paulo, além do Poder Executivo estadual.

2. Não se constatou, especificamente durante o desenvolvimento desta iniciativa, inércia ou qualquer apontamento inadequado acerca da atuação do Ministério Público Estadual ou Federal, com atribuições para a execução penal em Minas Gerais, até então.

3. Assim, **conclui-se** o presente Relatório de Iniciativa com as seguintes providências a serem adotadas no âmbito da Comissão de Sistema Prisional, Controle Externo da Atividade Policial e Segurança Pública (CSP):

a) seja instaurado Procedimento Interno de Comissão (PIC), cujo objeto é **apurar as providências adotadas pelo Ministério Público de São Paulo com relação às condições de cumprimento de prisão provisória e de penas privativas de liberdade nos estabelecimento prisionais em Guarulhos-SP, devendo ser adotadas as providências administrativas para registro, atuação e cumprimento;**

b) ~~havendo~~ arquivos digitais, copiem-se para a pasta deste Procedimento Interno de Comissão (PIC) no sistema do CNMP, mantendo a mídia digital junto aos autos;

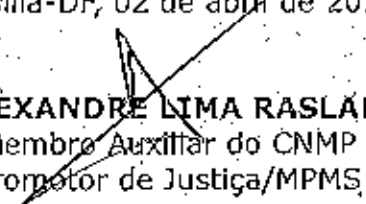
c) seja oficiado ao(a) Exmo(a) Sr(a) Procurador(a)-Geral de Justiça do Ministério Público de São Paulo solicitando, no prazo de 30 (trinta) dias, as informações a seguir, devidamente acompanhadas dos documentos comprobatórios:

c.1) quais as providências, judiciais (ações, recursos etc.) e extrajudiciais (inquérito civil, recomendações, termos de ajuste de conduta etc.),

adotadas pelo Ministério Público de São Paulo com relação aos estabelecimentos prisionais de Guarulhos-SP, inclusive os destinados aos presos provisórios, notadamente, para o enfrentamento da superlotação no regime fechado, da deficiência de vagas no regime semiaberto, para a melhoria das respectivas condições sanitárias. **Envie-se cópia integral destes autos, incluindo eventual mídia digital;**

d) em caso de não atendimento no prazo estabelecido, reitere^(m)-se o^(s) ofício^(s) acima até que venha^(m) aos autos a^(s) resposta^(s).

Brasília-DF, 02 de abril de 2014

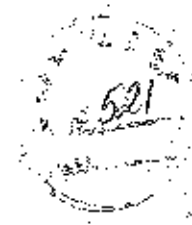

ALEXANDRE LIMA RASLAN
Membro Auxiliar do CNMP
Promotor de Justiça/MPMS

Decisão:

Aprovo este Relatório de Iniciativa e determino à Secretaria da Comissão de Sistema Prisional, Controle Externo da Atividade Policial e Segurança Pública (CSP) que cumpra a^(s) conclusão^(ões) acima, solicitando-se informações na forma do^(s) despacho^(s) de instauração do^(s) respectivo^(s) Procedimento^(s) Interno^(s) de Comissão (PIC), se for o caso.


ALEXANDRE BERZOSA SALIBA

Conselheiro do CNMP
Presidente da Comissão



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA DA 3ª REGIÃO

**ATA DA REUNIÃO DO SUBGRUPO DO GT DO SISTEMA PRISIONAL DA
PFDC EM SÃO PAULO
INQUÉRITO CIVIL Nº 1.34.001.001382/2011-14**

No dia 21/02/2014, a partir das 13:30 hs, na sede da PR/SP, na Rua Frei Caneca, 1360, 13º andar, realizou-se reunião do GT, que contou com as seguintes presenças: Pedro Antônio de Oliveira Machado (PRDC/SP), Paulo Taubemblatt (PR/SP), Luíza Cristina Fonseca Frischeisen (PRR3), Jefferson Aparecido Dias (PRDC-Substituto) e Fernanda Teixeira Souza Domingos – (PR/SP), tendo sido repassados os informes, realizados debates e deliberações, que estão a seguir :

I - INFORMES COM DELIBERAÇÕES :

1- Pedro fez relato dos principais pontos tratados na reunião realizada por membros do GT (Pedro Machado, Paula Bajer, Roberto Dassie, Fernanda Teixeira), no dia 13/02/2014, com o Secretário de Administração Penitenciária do Estado de São Paulo, Dr. Lourival Gomes, e com seus oito coordenadores, quais sejam:

- a) um dos principais problemas colocados pelo Secretário sobre o sistema penitenciário, foi o que ele denominou de portas de entrada (larga) e de saída (estreita), para exprimir que tem havido cada vez mais o ingresso de presos no sistema (sejam definitivos ou provisórios), mas a saída de presos do sistema não se dá no mesmo ritmo, o que implica em aumento de população carcerária e intensificação dos problemas na administração desta população;
- b) no que se refere ao preso provisório há a percepção, pelo Secretário, de que o problema está na falta de uma assistência judiciária efetiva, pois relatou ele que tempos atrás uma entidade da sociedade civil, o IDDD – Instituto de Defesa do Direito de Defesa, teria realizado um trabalho, por determinado espaço de tempo, de assistência jurídica, no CDP, Centro de Detenção Provisória, tendo como resultado, a soltura de 70 a 80% dos presos que ingressaram no período (seja mediante relaxamento da prisão em flagrante, seja com liberdade provisória);
- c) quanto aos presos definitivos há a demora, natural, considerando o quantitativo de processos de execução penal, num Estado como o de São Paulo, com população carcerária atual de 213.458 detentos, na apreciação dos processos judiciais de requerimentos de progressão de regime da pena, liberdade condicional, sursis etc.;

522

- d) cada preso custa em média R\$ 1.200,00 por mês, de modo que a permanência além do tempo necessário, além de constituir violação a direitos humanos, com restrição de liberdade além do tempo previsto, ainda impacta financeiramente o sistema, com dispêndio de recursos públicos para além do que seria devido;
 - e) afirmou ainda o Secretário que não é repassado qualquer valor pela União para custeio com a custódia de presos provisórios ou definitivos oriundos de processos criminais da Justiça Federal, atualmente em torno de 1870 detentos;
 - f) quanto a suposta revista vexatória a que estariam sendo submetidos os familiares de presos, segundo informações da Pastoral Carcerária e Defensoria Pública do Estado, conforme apontado pela Dra. Paula Bajer, esclareceu o Secretário e seus coordenadores: I) que existe somente um scanner corporal na unidade prisional de Presidente Bernardes/SP, que não está em funcionamento porque houve questionamento judicial por servidores da SAP sobre eventuais prejuízos à saúde que poderiam ser ocasionados aos operadores do equipamento; II) que um scanner corporal como este custa em torno de US\$ 300.000 (trezentos mil dólares americanos); III) que seu funcionamento pressupõe um intervalo de tempo de um minuto entre uma pessoa e outra, o que inviabiliza o seu uso se considerar a existência de um equipamento por unidade (já que o valor é muito alto), visto que nos dias de visitas há locais que chegam a receber 800 visitantes, necessitando-se de 23 horas para que todos se submetessem ao scanner; IV) que de fato, se utilizam do procedimento de submeter alguns dos visitantes (amostragem, por indicação do serviço de inteligência), a revista corporal, na qual as pessoas ficam nus (sem roupa) e, tanto para as mulheres como para os bebês é exigido que troquem o absorvente e a fralda, por outros que são fornecidos pela SAP, pois já se constatou a tentativa de, através de tais produtos higiênicos, se introduzir drogas, celulares e armas nas unidades prisionais;
-
- g) quanto aos presos estrangeiros, que no Estado de São Paulo são aproximadamente 2141, reunidos na unidade prisional de Itaipava/SP, tem sido comunicado, com antecedência, ao Departamento da Polícia Federal, a data prevista para o término da pena ou obtenção da liberdade;
 - h) foi também noticiado pelo Coordenador de Reintegração Social e Cidadania, Mauro Rogério Bitencourt, a existência das Centrais de Penas e Medidas Alternativas (CPMA), com nove unidades em São Paulo e grande São Paulo, além de trinta e cinco espalhadas pelo interior do Estado, além do Programa de Atenção ao Egresso e Família, que oferta assistência direta ao egresso, facilitando o estreitamento dos vínculos familiares, a construção e ampliação da rede social de apoio, parcerias com órgãos governamentais ou não e projetos que priorizam a capacitação profissional e a geração de renda.



- 2- Jefferson esclareceu que em procedimento próprio (Inquérito Civil nº 1.34.001.001143/2013-18) foi verificado que o atendimento de saúde aos presos, no interior do Estado de São Paulo tem se dado de forma razoável, pois os próprios Municípios criaram equipes de saúde, especificamente para atender ao sistema prisional. Contudo, em São Paulo, Capital, a contratação é realizada de forma direta pela SAP e existe indícios de que os médicos não cumprem a carga horária, mormente aqueles que declaram trabalharem 8 ou 12 horas, aos domingos, motivo pelo qual talvez seja o caso de se realizar diligências "in locu" visando checar tal situação. No ponto foi lembrado pelo Pedro que o Secretário da SAP, na reunião do dia 13/02/14, relatou a dificuldade de contratação, pois não houve interessados em número suficiente para o último concurso, provavelmente em razão do valor dos vencimentos, menor do que o que é pago aos profissionais do SUS - Secretaria de Saúde, o que também demanda seja traçada uma estratégia de atuação quanto ao tema.
- 3- Fernanda se comprometeu a levantar os relatórios de visitas feitas pelo Conselho Penitenciário aos CDPs, a fim de verificar o que consta a respeito da assistência jurídica aos presos, inclusive para que se possa averiguar se a situação relatada pelo Secretário da SAP também tem sido constatada no âmbito do referido Conselho.
- 4- Deliberou-se então pela necessidade de, através da PRDC: a) se obter informações do DEPEN sobre a existência ou não de repasse de verbas para custeio da custódia dos presos federais pela SAP; b) verificar e confirmar com o IDDD – Instituto de Defesa do Direito de Defesa a existência do trabalho mencionado pelo Lourival, acerca da assistência jurídica e a existência de dados estatísticos sobre o resultado de tal trabalho; c) manter contato e tentar agendar reunião com o Conselheiro do CNJ, Dr. Guilherme Calmon, atual Supervisor do DMF – Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas, havendo inclusive previsão de que esteja ele, no período de 10 a 21/03/14, em São Paulo inspecionando unidade prisional na cidade de Guarulhos; d) verificar com a SAP se existe possibilidade de identificação do quantitativo de casos que estão aguardando por deliberação judicial para progressão de regime, liberdade condicional e sursis, há mais de 60, 90, 120 e 180 dias.

E nada mais havendo, encerro a presente ata, que vai por mim, Pedro Antonio de Oliveira Machado, assinada


Pedro Antonio de Oliveira Machado
Procurador da República